

Momentum

Journalism & Tech Task Force

Autoria: Bruno Fiaschetti

Revisão: Ester Borges e Paula Miraglia

A união de associações brasileiras pela remuneração de conteúdos utilizados por IA

Em meados de fevereiro, associações brasileiras de meios de comunicação, música e direitos autorais divulgaram uma carta enviada a empresas de tecnologia defendendo a remuneração pelo uso de conteúdos no treinamento de modelos de inteligência artificial. Ao todo, 12 (doze) organizações assinaram o documento, que foi encaminhado às empresas em dezembro de 2025.

O comunicado afirma que o uso não autorizado de conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, desestimular a criação intelectual e violar direitos autorais. Além disso, os signatários da carta mostraram disposição para dialogar e negociar com as empresas formas de autorização, remuneração e parceria para utilização de seus conteúdos.

A publicização da carta ocorre em um momento em que a discussão sobre direitos autorais no Brasil é impulsionada pelos [projetos de regulação](#) da Inteligência Artificial em tramitação no Legislativo, por [inquéritos administrativos](#) que investigam condutas anticompetitivas das plataformas digitais e pelas notícias de que grupos de mídia estão [movendo ações judiciais](#) contra as empresas que produzem ferramentas de IA.

Buscando entender as possíveis ressonâncias da carta no debate sobre direitos autorais e sobre a regulação de plataformas no Brasil, a *Momentum - Journalism & Tech Task Force* preparou este informe que apresenta o conteúdo da carta, discute sua possível repercussão no cenário brasileiro e aponta seus possíveis impactos para o jornalismo.

A carta

O comunicado reconhece a importância e o caráter disruptivo das tecnologias de Inteligência Artificial. Ao mesmo tempo, sublinha que tais tecnologias devem respeitar as proteções de direitos autorais e de propriedade intelectual asseguradas, no Brasil, pela Constituição Federal e pela Lei nº 9.610/1998.

Feitas essas considerações, os signatários afirmam estar dispostos à discutir com as empresas de tecnologia formas de remuneração e parcerias que “beneficiem todas as partes envolvidas” e que assegurem as proteções legalmente previstas. Também nessa linha, destacam que – caso seus conteúdos já estejam sendo utilizados de forma não autorizada – as empresas devem entrar em contato com seus detentores para negociar soluções amigáveis, evitando possíveis ações judiciais.

Eis a nota na íntegra:

“Reconhecemos que a Inteligência Artificial (IA) representa uma inovação relevante, já incorporada em nossas atividades e com potencial para impulsionar ainda mais a criatividade, produtividade e inovação em diversos segmentos. Nosso compromisso é com o desenvolvimento responsável e sustentável dessas tecnologias.

No entanto, entendemos que o avanço da IA deve respeitar os direitos autorais e a propriedade intelectual dos conteúdos produzidos por nossos associados, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil e na Lei nº 9.610/98. O uso não autorizado de tais conteúdos pode comprometer o ecossistema de produção jornalística e artística, além de desestimular a criação intelectual e, principalmente, violar direitos.

Portanto, caso haja interesse em utilizar conteúdos de nossos associados para fins de (mas não se limitando) mineração de dados, treinamento ou desenvolvimento de sistemas de IA, estamos à disposição para discutir formas de autorização, remuneração e parcerias que beneficiem todas as partes envolvidas e que assegurem a proteção dos direitos autorais sobre tais conteúdos.

Na hipótese dessa utilização já estar sendo realizada, solicitamos que V. Sas. façam contato com as Associações e/ou com o veículo associado que teve seu conteúdo utilizado, para que seja negociada uma solução amigável, a fim de evitar futuro litígio.

Reforçamos que nosso objetivo é promover o diálogo e buscar soluções inovadoras, respeitando sempre os direitos autorais e a legislação vigente. Estamos abertos para reuniões que possam resultar em acordos benéficos para todos.

Aguardamos seu retorno e nos colocamos à disposição para avançar nesta conversa.”

Signatários*:

- Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV)
- ANJ (Associação Nacional de Jornais)
- Aner (Associação Nacional de Editores de Revistas)
- Abramus (Associação Brasileira de Música e Artes)
- Amar (Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes) / Sombrás (Sociedade Musical Brasileira)
- Assim (Associação de Intérpretes e Músicos)
- Sbacem (Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Escritores de Música)
- Sicam (Sociedade Independente de Compositores e Autores Musicais)
- Socinpro (Sociedade Brasileira de Administração e Proteção de Direitos Intelectuais)
- UBC (União Brasileira de Compositores)
- Ubem (União Brasileira de Editoras de Música)
- Ecad (Escritório Central de Arrecadação e Distribuição)

***A Momentum Journalism and Tech Task Force** não é signatária da carta e não possui responsabilidade por seu conteúdo. As opiniões expressas nela não representam necessariamente a posição da **Momentum**.

Ressonâncias no debate brasileiro

A publicização da carta ocorre em um momento chave para a discussão sobre direitos autorais e regulação de plataformas digitais no Brasil. Para além da expectativa de que o Legislativo coloque em votação aquele que seria o marco legal da regulação da Inteligência Artificial no país (o Projeto de Lei nº 2.338/2023, conhecido como “PL da IA”), os últimos meses trouxeram materializações importantes para esse debate.

Em março de 2026 entrou em vigor o Projeto de Lei nº 2.628/2022 – conhecido como “ECA Digital”, em referência à legislação federal de proteção às crianças e adolescentes – instituindo regras para que as empresas assegurem maior proteção aos jovens que usam redes sociais, jogos e aplicativos eletrônicos. O Projeto havia sido aprovado em setembro de 2025 na Câmara dos Deputados, após ampla repercussão de um vídeo expondo a produção e distribuição de conteúdos protagonizados por este grupo populacional.

Também em setembro de 2025, o Governo Federal encaminhou ao Legislativo um Projeto de Lei propondo nova regulação econômica e concorrencial para as *big techs* (PL nº 4.675/2025). Meses antes, em julho de 2025, o Supremo Tribunal Federal concluiu um julgamento que alterou o regime de responsabilização das plataformas por conteúdos veiculados por seus usuários. Esses movimentos, somado à outras manifestações públicas do Presidente e de alguns ministros do Governo, demonstram o papel ativo do poder público brasileiro nas discussões envolvendo a regulação das plataformas e soberania digital.

Diante desse cenário, a carta pode ser interpretada como uma manifestação de que os signatários estão cientes do momento decisivo do debate. Mais do que isso, à sua maneira, desejam se posicionar, externalizar suas posições e defender as soluções que julgam justas.

Possíveis impactos ao jornalismo

A publicização da carta é uma boa notícia, mas também revela alguns pontos de atenção. Uma vez que, ao mesmo tempo que demonstra um empenho de pensar o debate coletivamente, o documento dá sinais de uma aposta em uma negociação direta com as empresas de tecnologia.

Não se pode deixar de sublinhar a relevância de a carta ter sido assinada por 12 associações e, mais do que isso, de congregar meios de comunicação, música e direitos autorais. No cenário brasileiro, em que nem sempre as empresas de mídia se apresentam ao debate levando em conta a coletividade do setor, o movimento pode ser interpretado como um importante esforço nessa direção.

Por outro lado, o documento reforça a disposição para um modelo de negociação direta com as empresas de tecnologia. Esse aceno, à primeira vista, em nome de acordos – mesmo que costurados através de associações – pode esvaziar a discussão levada à cabo na via legislativa, que potencialmente representaria uma solução para o setor como um todo.

Evidentemente que para o setor de comunicação, atravessado por profundas crises de sustentabilidade, a remuneração pela apropriação de conteúdos por parte das empresas de tecnologia sem autorização é fundamental para a construção de um ecossistema midiático mais sustentável e plural. No Brasil, onde a maioria dos sites de notícia (93%) não está tomando medidas básicas para controlar como seu conteúdo é utilizado por terceiros, a exigência pela remuneração é ainda mais urgente.

Não se pode perder de vista, no entanto, que a aposta do setor não deve ser exclusiva na instituição de mecanismos de remuneração ou compensação pelo uso de conteúdos como estratégia para lidar com a dependência estrutural das empresas de tecnologia. A *Momentum* acredita que essa compensação, se desacompanhada – por exemplo, do estabelecimento de salvaguardas para a aplicação de IA generativa sobre conteúdo jornalístico, da efetivação de garantias de que veículos que optarem por não disponibilizar seu conteúdo à IA não sejam excluídos dos mecanismos de busca e da implantação de arranjos econômicos transparentes que possam atuar como mecanismos de reequilíbrio entre as empresas de mídia e de plataformas digitais – pode, a longo prazo, acentuar a vulnerabilidade do ecossistema jornalístico. Além disso, a estratégia de negociação direta entre veículos e empresas de tecnologia pode acabar beneficiando apenas alguns atores e contribuindo para a concentração ainda maior de um mercado já concentrado.

Momentum